

TRAJETÓRIAS DE PROTAGONISMOS DE MULHERES SATERÉ-MAWÉ (1960 – 2022)¹.

Hayna Ribeiro Andrade²
João Marinho da Rocha³

RESUMO: A presente pesquisa aborda os protagonismos de mulheres indígenas Sateré-Mawé nos movimentos sociais indígenas do “tempo presente”. Está situada no campo da História Social e que dialoga com a metodologia da História Oral, a partir da qual, duas Mulheres relatam suas trajetórias e vivências nas lutas por direitos. Dentre outras coisas, o texto trás reflexões que ajudam a (re)pensar a importância das mulheres Sateré-Mawé como articuladoras em movimentos políticos indígenas e associações nas lutas por direitos. O faz por meio da identificação das trajetórias de Moi Sateré e Tuxawa Santa Castro com trajetórias marcadas pela participação nesses movimentos. Isto aponta, dentre outras coisas para trajetórias de protagonismos, contribuindo para romper com o paradigma do silenciamento imposto historicamente para as mulheres Sateré-Mawé, que não aceitaram serem silenciadas e se colocaram/colocam cada vez mais na cena das lutas, utilizando as mais variadas linguagens e agências.

PALAVRA-CHAVE: Memória; movimentos sociais indígenas; Mulheres Sateré-Mawé; Protagonismos.

INTRODUÇÃO.

O texto versa sobre protagonismos de mulheres indígenas do povo Sateré-mawé, rio Andirá, fronteira Amazonas-Pará. É um aspecto de pesquisa de Iniciação Científica-PAIC/FAPEAM, edição (2022-2023), orientado pelo prof^o. João Marinho da Rocha, que se estendeu para o Trabalho de Conclusão de Curso de História. Situa-se no campo da História Social e dialoga com a metodologia da História Oral, o texto versa sobre duas entrevistas de história oral que foram realizadas com mulheres Sateré-Mawé, na qual relatam suas trajetórias e vivências.

Dentre os subtemas aborda sobre construção de identidade e de sujeitas em lutas por direitos no âmbito de suas participações nos movimentos indígenas. Inicialmente

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de curso. Requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA, Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP. 2024.

² Acadêmica do 8º período do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas do Amazonas- UEA. Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP. Foi Bolsista do projeto Paic/Fapeam 2022-2023. Também foi voluntária do Progex 2022-2023. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros-NEAB/UEA. Oriunda da comunidade indígena Guaranatuba do Povo Sateré- Mawé , Rio Andirá/ Maraú; E-mail: hra.his20@uea.eua.edu.br

³ Professor Adjunto no curso de História da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP. Grupo de Estudos Históricos do Amazonas-GEHA; Núcleo de Estudos Afro-brasileiro-NEAB/UEA; E-mail: jmdrocha@uea.edu.br/ jmrocha.his@hotmail.com

trazendo a trajetória de Moy Sateré, membro da Associação de Mulheres indígenas Sateré-Mawé, mas também enfatizando suas participações em movimentos indígenas. Dessa forma, torna-se importante trazer a trajetória de Santa Castro que é e uma liderança na comunidade Torrado, localizada no território Andirá \Maraú. Destacam ainda a importância das mulheres Sateré-Mawé como articuladoras em movimentos políticos indígenas e associações, como estratégias de pertencimento étnico e lutas por direitos.

O texto reflete e convida o leitor a (re) pensar os protagonismos das mulheres indígenas nos movimentos indígenas do “tempo presente” e como a construção histórica do silenciamento se deu/dá nas comunidades indígenas, apontando para trajetórias de protagonismos que impõe rupturas desse paradigma do silêncio por mulheres que não aceitaram serem silenciadas e se colocam utilizando as mais variadas linguagens e agências em seus processos de lutas.

Durante muito tempo houve um o silenciamento dessas mulheres nos espaços tidos como naturais ao masculino dentro dessas comunidades indígenas Sateré Mawé, resultante da sociedade patriarcal, empreendida pelos europeus sobre os povos indígenas, mas também encontrando conexões locais que foram potencializadas.

O texto se apresenta em seis sessões, a primeira, intitulada “**DO INDIGENISMO AOS MOVIMENTOS INDÍGENAS. Lutas por direitos na Amazônia ocidental**”, com objetivo de discutir o contexto histórico da tutela dos indígenas pelo governo e avança ao processo de fortalecimento de movimentos indígenas e suas participações nas decisões que os afetam, de acordo com seus valores culturais, fortalecendo a suas lideranças, organizações e formas de governança próprias.

A segunda denominada “**MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA: possibilidades na ampliação de vozes de mulheres Sateré-Mawé**”, refletimos sobre os nossos caminhos da pesquisa, a partir das leituras voltadas a História Oral e Memória, que abriram caminhos para trabalhar a temática, permitido evidenciar trajetórias de lutas dessas mulheres Sateré-Mawé.

A Terceira, “**NÃO QUE EU SEJA FRACA. MAS A NOSSA VOZ É VISTA COMO FRACA**”; partir das entrevistas realizadas com Moy Sateré, evidenciamos sua trajetória desde a infância na área indígena na comunidade Ponta Alegre, até a fase adulta na capital Manaus relatando seu processo de inserção em movimentos indígenas nas lutas por direitos.

A quarta intitulada “*MAS CADA PESSOA TEM SUA HISTÓRIA Eu fui taxada de louca, mas acho que não estava louca não!*”, traz relatos de Moy Sateré em sua atuação no Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas -MEIAM, destacando o processo de luta para implementação das Cotas Indígenas na Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

Na quinta sessão “*FILHAS DE KUTERA: AS WATYAMA*”, apresentamos a Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé Watyama, criada por Kutera, que repassou para as filhas. É uma entidade organizativa voltada para produção de artesanatos como forma adquirir recursos para a subsistência.

Por fim, “*UITO HARYPORIA TUI'SAWO (A tuxawa mulher)*”, apresentamos a trajetória da tuxawa Santa Castro, 60 anos, da comunidade indígena do “Torrado”, território Andirá/Maraú, essa personagem relata em sua entrevista os desafios enfrentados para exercer o papel de liderança. Ressaltado que toda sua entrevista foi feita na língua Sateré-Mawé, de modo os trechos de sua entrevista mais adiante estão transcritos na língua Sateré-Mawé e posteriormente traduzida para a língua Portuguesa.

Nesse sentido, ao recuperar e evidenciar trajetórias de mulheres indígenas Sateré-Mawé estamos contribuindo para os processos importantíssimos de compreensão das participações femininas no movimento indígena, retratando-as enquanto protagonistas de sua história, que afim e ao cabo, são também histórias coletivas. Suas trajetórias apontam para a percepção de que ao longo dos movimentos indígenas foram forjadas novas sociabilidades para conseguir seus objetivos, nas suas lutas por direitos, rompendo com o lugar definido para elas que seria apenas cuidar da família e casa.

DO INDIGENISMO AOS MOVIMENTOS INDÍGENAS. Lutas por direitos na Amazônia ocidental.

Como uma estudante indígena que hora produz este texto de conclusão de curso, é necessário remarcar aqui que as histórias dos povos indígenas a partir da violenta colonização do território que convencionaram chamar Brasil, do século XVI em diante, são carregadas por processos de genocídios, etnocídios, explorações e pela disseminação de doenças trazidas, deixando profundas marcas nas memórias dos povos que apesar de tudo, (re) existem.

Os processos coloniais, portanto, se estenderam com a materialização de conflitos, exploração e doenças que devastaram muitas comunidades indígenas. No século XIX e

início do século XX, a exploração da borracha na região amazônica, por exemplo levou ao aumento da pressão sobre as terras indígenas, muitas comunidades indígenas foram submetidas a condições de trabalho forçado e abusos variados.

Após inúmeros processos de lutas, a Constituição brasileira de 1988, foi um marco importante na proteção dos direitos dos povos indígenas⁴. Dentre os quais, se reconheceu a propriedade das terras indígenas e se estabeleceu a responsabilidade do Estado brasileiro na demarcação e proteção dessas mesmas, conforme artigo 231, determinando que:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (Constituição de 1988).

A partir desse momento, os povos indígenas passaram a lutar cada vez mais pela demarcação de seus territórios tradicionais e pela garantia de seus direitos constitucionais.⁵No entanto, para essa consolidação em fins do século XX a partir das lutas dos movimentos indígenas, é preciso lembrar de processos anteriores de processos indigenistas.

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ⁶que tinha como objetivo controlar e “proteger” as populações indígenas. Assim, tal órgão determinava que:

Art.1ª O serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, criado no Ministério da Agricultura, Industria e Comercio, tem por fim:

- a) Prestar assistência aos Índios do Brasil, que vivem aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados;
- b) Estabelecer em zonas de férteis, dotados de condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação, centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfaçam as exigências do presente regulamento. (Legislação Informatizada - DECRETO Nº 8.072, DE 20 DE JUNHO DE 1910).

⁴ A [Constituição Federal](#) de 1988 consagrou duas disposições importantes em relação aos direitos indígenas: o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam e à diversidade étnica e cultural, previsto no art. [231](#) da [CF/88](#) e seus parágrafos.

⁵Para mais informações acessar [Os Direitos dos Povos Indígenas na Constituição de 1988 | Jusbrasil](#). Acessado em 08/02/2024.

⁶ Para mais informações acessar site: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d8072.htm#:~:text=DECRETO%20No%208.072%2C%20DE%2020%20DE%20JUNHO%20DE%201910.&text=Cr%C3%Aa%20o%20Servi%C3%A7o%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o.e%20approva%20o%20respectivo%20regulamento](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d8072.htm#:~:text=DECRETO%20No%208.072%2C%20DE%2020%20DE%20JUNHO%20DE%201910.&text=Cr%C3%Aa%20o%20Servi%C3%A7o%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o.e%20approva%20o%20respectivo%20regulamento;); acessado em 07/02/2024.

No entanto, em muitos casos, essa proteção resultou na exploração e marginalização dos povos indígenas.

Em 1967, o governo brasileiro no contexto da ditadura civil-militar, por meio da Lei nº 5.371, criou a Fundação Nacional do Índio- FUNAI como um órgão governamental, especificamente dedicado à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. Seu objetivo era substituir o polêmico SPI e melhorar a proteção dos povos indígenas e a gestão de suas terras. Esse novo órgão, determinava que:

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a instituir uma fundação, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, denominada "Fundação Nacional do Índio", com as seguintes finalidades:

I - Estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:

- a) respeito à pessoa do índio e as instituições e comunidades tribais;
- b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes;
- c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contacto com a sociedade nacional.

O contexto histórico da Funai, está profundamente enraizado na história do Brasil e sua relação com as populações indígenas, desempenhando papel fundamental na demarcação de territórios indígenas, na proteção dos direitos dos povos indígenas, na promoção de seu desenvolvimento sustentável e na gestão de conflitos relacionados à terra e aos recursos naturais no Brasil. Atualmente esse órgão federal passou a ser denominado Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). A mudança consta na Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece a organização dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios⁷.

Em mais de cinco décadas de existência o órgão federal responsável a proteção e promoção dos direitos dos diferentes povos indígenas do país. Em 03 de Fevereiro de 2023, torna se um marco muito importante, a primeira mulher indígena Joênia Wapichana, foi nomeada presidente Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)⁸, reuniu as maiores organizações indígenas estiveram presentes no evento celebrando a conquista de mais um espaço de poder. Ressaltando também o Ministério dos Povos Indígenas, criado

⁷ Acessar mais informações http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm; acessado em 09/02/2024.

⁸ Acessar mais informações <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/joניה-wapichana-e-nomeada-presidente-da-fundacao-nacional-dos-povos-indigenas-funai>; acessado em 06/02/2024.

pelo decreto nº 11.355⁹, 1º de janeiro de 2023 pelo Presidente Lula, tendo atualmente como ministra a indígena Sônia Guajajara.

Dentro desse contexto surgem os movimentos e organizações indigenistas historicamente, marcadas por resistências e foram importantes nas lutas pelos direitos dos povos indígenas e pela preservação do meio ambiente e pela proteção de suas terras tradicionais, nos territórios brasileiros. Nesse sentido, se faz necessário pensar as transformações nas políticas indigenistas e no surgimento de movimentos e organizações indigenistas, ao longo do tempo, indo da tutela estatal para o protagonismo dos movimentos indígenas¹⁰. Conforme mencionado por Marilene Corrêa da Silva.

Os índios superaram -se em suas tradições de deliberação coletiva; demonstraram uma disposição política de aprendizagem do modo de condução “civilizada” de obtenção de estruturas, assessorias e recursos; reivindicaram os direitos de assistência do Estado, mesmo os mínimos e precários, como exigências de seus povos; e, concomitantemente, foram se articulando fora das ordens protetoras especiais da Igreja, fora dos limites territoriais do Estado e das próprias organizações espaciais das etnias, sem rompimento definitivo com os suportes dessas instituições mas alterando a qualidade de suas relações com essas próprias. Os índios foram reterritorializando o nível político de ação da questão indígena na direção de parcerias articuladas de apoio às suas causas e, ao mesmo tempo, reforçando a desterritorialização das identidades étnicas para as abstrações amplas dos direitos humanos, no nível dos direitos das diferenças culturais, em que não se põem, apenas, questões de territórios ou de nações, uma vez ambas são unidades históricas transitórias, ao contrário das nacionalidades e de suas diferentes formas de expressão, nas diferenciações atuais. (Silva, 2013, p.80).

De acordo com dados do Censo 2022 sobre os povos indígenas, trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o apoio da Funai. O levantamento aponta que a população indígena¹¹ do país chegou a 1.694.836 pessoas, o que representa 0,83% do total de habitantes.

⁹ Decreto nº 11.355 de 1º de Janeiro de 2023; tem como objetivo atuar na implementação da política indígena e indigenista, a partir do reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; bem viver dos povos indígenas; proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; para mais informações acessar: Base Legislação da Presidência da República - Decreto nº 11.355 de 01 de janeiro de 2023 (presidencia.gov.br), acessado em 14/02/2024.

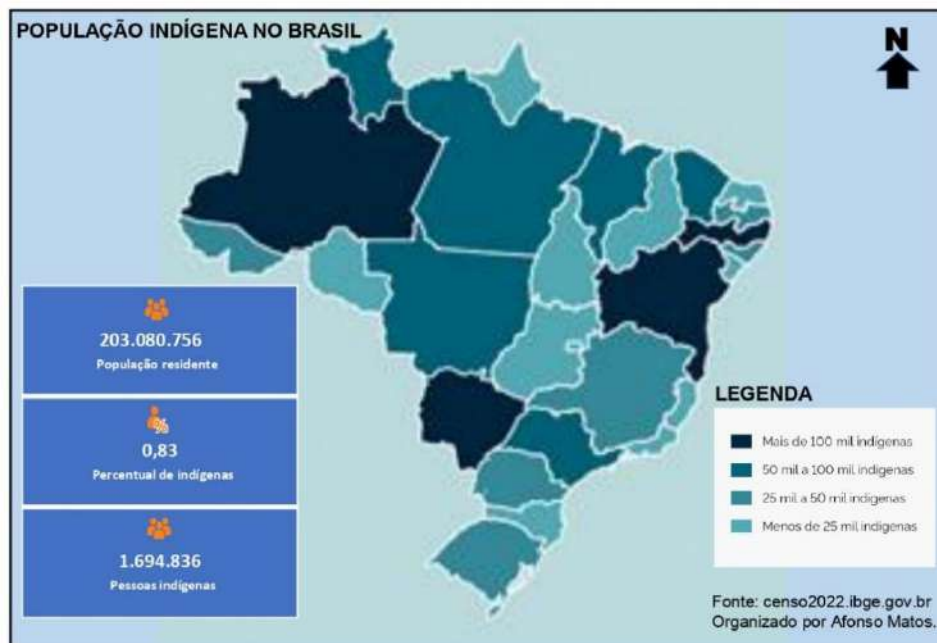
¹⁰ Para mais informações recomenda a leitura “O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988) / Clovis Antônio Brighenti (Org.), Egon Dionisio Heck (Org.). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.”

¹¹ Segundo dados do Censo Demográfico em 2010, o Brasil registrou a existência de 274 línguas indígenas no país de 305 diferentes etnias; mais informações acessar <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias#:~:text=Segundo%20dados%20do%20C3%BAltimo%20Censo,ind%3%ADgenas%20de%20305%20diferentes%20etnias.>

Conforme o IBGE (ver fig.01), pouco mais da metade (51,2%) da população indígena está concentrada na Amazônia Legal. Os Povos indígenas vivem em vários estados do Brasil, grande parte dos indígenas do país (44,48%) está concentrada no Norte. São 753.357 indígenas vivendo na região. Os três municípios com maior número de indígenas no Amazonas: a capital, Manaus, com o total de 71.713 mil pessoas, São Gabriel da Cachoeira, com 48,3 mil, e Tabatinga, com 34,5 mil. O segundo município também aparece entre aqueles que tinham o maior percentual de indígenas no total da população, com 93,17%. Nesse indicador, São Gabriel da Cachoeira fica atrás apenas de Uiramutã (96,60%), em Roraima, e Santa Isabel do Rio Negro (96,17%), também no Amazonas, muitos desses povos ainda vivem nas comunidades tradicionais.

Em seguida, o Nordeste com o segundo maior número de indígenas com 528,8 mil, concentrando 31,22% do total do país. Juntas, as duas regiões respondem por 75,71% desse total. As demais têm a seguinte distribuição: Centro-Oeste (11,80% ou 199.912 pessoas indígenas), Sudeste (7,28% ou 123.369) e Sul (5,20% ou 88.097).¹². Como podemos observar na ilustração abaixo:

Fig(01). Distribuição dos povos indígenas no Território



Fonte. IBGE, Censo ,2022.

¹² Para mais informações acessar: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>, acessado em 05/02/2024.

Ao longo dos anos, os povos indígenas têm lutado para manter a governança das suas terras, enfrentando desafios como invasões, desmatamento e pressão de atividades agroindustriais. Frequentemente enfrentam ameaças de empresas madeireiras, agropecuárias, mineradoras e outras que exploram os recursos naturais em suas terras. Frente aos processos continuados de desrespeitos historicamente reintegrados, os movimentos indígenas têm se organizado para proteger e assegurar seus direitos, incluindo o direito à terra, à autodeterminação e ao respeito por suas culturas e modos de vida específicos. (Silva,2013)

Os movimentos indígenas no Amazonas têm suas raízes históricas no processo de colonização da região e na luta dos povos indígenas pela defesa de seus territórios e direitos. Durante o período colonial, os povos indígenas foram marginalizados e suas terras foram invadidas e exploradas pelos colonizadores europeus, além de serem vítimas de violência, perda de suas línguas, costumes.

Com o passar dos anos, os povos indígenas começaram a se organizar para resistir e lutar por seus direitos. Existem várias movimentos e organizações indígenas atuando na região amazônica e nos outros estados que desempenham grande importância na luta por direitos dos povos indígenas no mundo, que visam proteger suas culturas e seus territórios. Muitos dos quais, acionam memórias de resistências passadas para seus processos de lutas na história do tempo presente. Para Silva ,2013

As organizações indígenas discutem estratégias, técnicas de coordenação e manejo de discussões de grandes grupos; realizam mapeamento de problemas e de áreas prioritárias para encaminhá-los junto às suas bases; buscam alternativas econômicas de sobrevivência e analisam as possibilidades de novas formas de resistência às agressões, com ênfase na defesa dos seus direitos. Silva, (2013, p.65).

A década de 1970 marcou um importante momento na história dos movimentos indígenas do Amazonas, com a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)¹³ e da Comissão Pró-Índio de Manaus (CPIM).¹⁴Essas organizações foram pioneiras na defesa dos direitos indígenas na região, denunciando as violações e procurando formas de proteção dos povos indígenas¹⁵. (Silva, 2013.)

¹³ Informações acessar: <https://cimi.org.br/>;

¹⁴ Informações acessar: <https://cpisp>.

¹⁵ Para maiores informações acessar o livro “SILVA, Marilene Corrêa da . Metamorfoses da Amazônia. 2.^a edição. -Manaus: Editora Valer, 2013.

Diversos movimentos indígenas foram criados na região como a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), ¹⁶Criada no estado do Pará durante o Encontro de Povos Indígenas da Amazônia em 1989, com o lema “*UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTA*”, é uma das organizações de destaque, que trabalha em prol dos interesses das comunidades indígenas na região na defesa dos direitos indígenas, educação, saúde e demarcação dos territórios indígenas, essas são apenas algumas das muitas reivindicações feitas. O surgimento da COIAB foi resultado de movimentos que surgiram no final dos anos 1970 do século XX, ganhando força nos anos 1980, sendo uma resposta à crescente pressão sobre as terras e os direitos dos povos indígenas na Amazônia brasileira, na época em que a região estava enfrentando grande desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais, invasões de terras indígenas e conflitos com madeireiros e fazendeiros. (Silva, 2013).

Outra entidade de lutas por direitos é o Conselho Indígena de Roraima (CIR), uma organização que representa os interesses e direitos dos povos indígenas do estado de Roraima, desempenha um papel fundamental na promoção e defesa dos direitos dos povos indígenas da região. Foi fundado em 1989, em Boa Vista, Roraima, desde então, tem sido uma organização ativa na busca pela proteção dos direitos indígenas, na promoção do desenvolvimento sustentável e na preservação da cultura dos povos indígenas de Roraima. A organização representa várias etnias indígenas que habitam o estado de Roraima, incluindo os Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Taurepang, Patamona, Yanomami e outras, cada povo tem suas próprias línguas, tradições e terras. Os povos indígenas de Roraima enfrentam uma série de desafios, incluindo a luta pela demarcação e proteção de suas terras do Garimpo Ilegal, a preservação do meio ambiente, o acesso à saúde e educação de qualidade, e a promoção de seus direitos culturais¹⁷.

De caráter mais geral e agregador, citamos a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), fundado em 1996, é uma organização que representa diversas etnias indígenas do Brasil. Ela tem desempenhado um papel fundamental na denúncia de invasões de terras indígenas, desmatamento e na defesa dos direitos indígenas. Além disso, a organização busca sensibilizar a sociedade e o governo sobre a importância da preservação das culturas indígenas e da defesa dos direitos dos povos indígenas. A organização tem contribuído para a visibilidade e valorização das culturas indígenas no

¹⁶ Mais informações no <https://coiab.org.br/>;

¹⁷ Acessar: <https://cir.org.br/site/>

Brasil e para a defesa dos direitos dos povos indígenas, participando ativamente de debates sobre questões relevantes para os povos indígenas, como a demarcação de terras, a proteção da biodiversidade, a garantia de direitos à saúde e educação, entre outros¹⁸.

Destacamos também as Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), fundada em 1987, que representam os interesses e direitos das comunidades indígenas, são mais de 750 comunidades que reúnem mais de 89 organizações de base representantes das comunidades distribuídas ao longo dos principais rios afluentes do Rio Negro¹⁹. Segundo Silva,2013.

Os anos 80 foram decisivos para a configuração da questão indígena em vários aspectos: os possíveis êxitos de reconhecimento da importância da organização local, intercontinental e transacional, apesar do recrudescimento de muitos itens de luta possíveis de superação, em tese, ampliaram as relações da questão indígena com outras determinações da Amazônia no mundo. Silva, (2013, p.63)

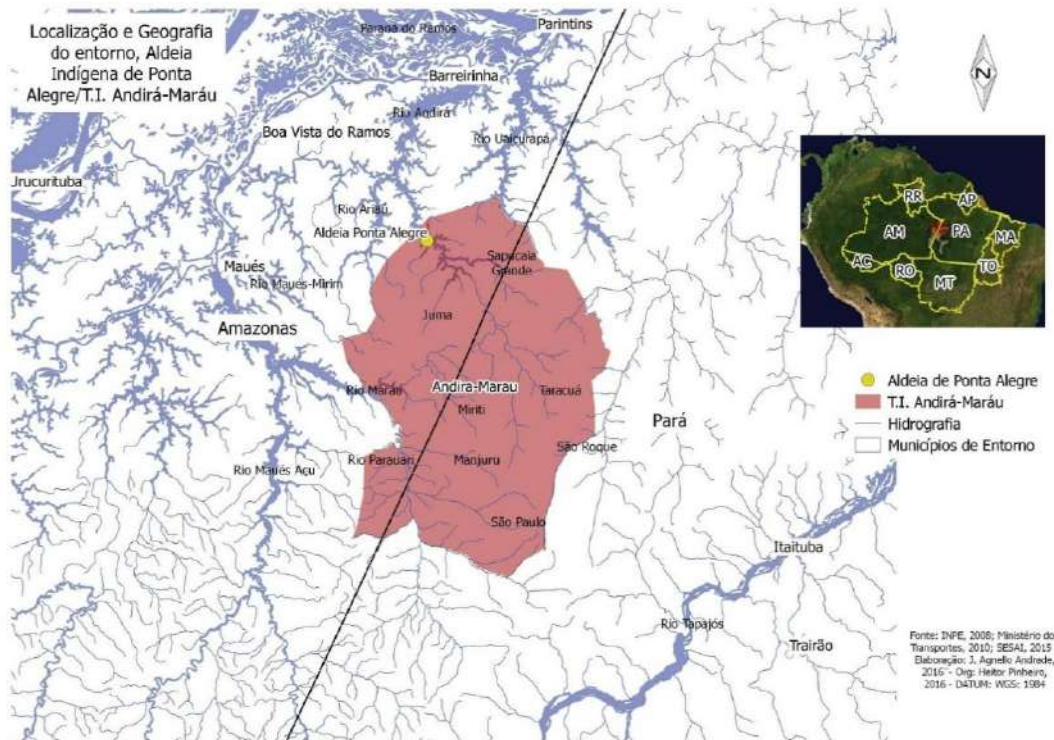
Nesse sentido, pode-se afirmar a existência de uma grande diversidade e bastante significativa dos povos indígenas no Brasil, mas principalmente na região norte, com diferentes modos de viver e se organiza. É nesse cenário histórico de grande diversidade de povos indígenas, está o povo Sateré-Mawé ²⁰que vive na região do médio rio Amazonas, no Território Indígena Andirá-Marau, demarcado em 06/08/1986, localizada na fronteira entre os estados do Amazonas e do Pará, mas também um pequeno grupo que vivem no Território Indígena Coatá-Laranjal do povo Munduruku. De acordo com as autoras Nascimento, Torres, (2014, p.73) “ Os Sateré-Mawé estão espalhados ao longo dos rios Andirá, Maráu, Miriti, Urupadi, Majuru,Uaicurapá e Igarapés e afluentes desses rios”. Isto pode ser visualizado no mapa do território Andirá/Maráu:

¹⁸ Mais informações acessar: <https://apiboficial.org/?lang=en>

¹⁹ Acessar: <https://foirn.org.br/>

²⁰ Recomenda a leitura, Alvarez, Gabriel O. **Satereria** -Tradição e Política Sateré-Mawé./Gabriel O. Alvarez. Manaus: Editora Valer/ Capes/Prodoc,2009.

Fig.02. Território Sateré Mawé



Fonte: Cartilha Paradidática produzida pelo Grupo de Etnologia Urbana do Núcleo de Antropologia Urbana da USP Para a escola Indígena Professora Rosa Cabral. Andrade et al,(2016).

Com base em dados referentes ao ano de 2023 da Fundação Nacional de Saúde, Distrito Sanitário Especial Indígena Parintins- (DSEI)²¹, a distribuição da população aldeada de indígenas no rio Andirá, são 60 aldeias formadas por 1.972 famílias, com aproximadamente 7.369 pessoas. Os Sateré-Mawé vivem na capital da Amazonas em Manaus, mas também estão divididos nos interiores e sede dos municípios, de Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Parintins, Maués, Itaituba e Aveiro no Pará.

Desse modo, a formação de movimentos e organizações nas décadas de 1970 e 1980, do povo Sateré-Mawé, nesse período surge o primeiro Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé-CGTSM, e sua formalização em 1990.²²E como essa criação foi essencial

²¹ O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena foi instituído em 1999, por meio da Lei nº 9.836 de 23/09/1999 e foi organizado por meio da criação de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) para atendimento dos povos indígenas de diferentes etnias; para mais informações acessar : [Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999. \(saude.gov.br\)](http://saude.gov.br)

²² Para maiores detalhes sobre o movimento indígena do rio Andirá acessar dissertação de mestrado de Josias Ferreira de Souza(2019) “ A formação da liderança Kapi entre os Sateré-Mawé”:<<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7987/8/Disserta%20-%20JosiasSouza-PPGSCA.pdf>>;

para o surgimento de outras organizações, como Associação dos Professores Bilingue Sateré-Mawé-APBSM, Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé-AMISM, Organização Indígena Vila Nova- EPAT, Organização dos Agentes de Saúde Sateré-Mawé dos rios Marau e Andirá-WOMUPE, Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé dos rios Andirá e Uaicurapá-OPISMA.

E por fim, surgiram outras, como a Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, Watyama, mas adiante será abordada, pois uma das personagens desta pesquisa está diretamente envolvida nesse cenário de luta por direitos. Vale ressaltar que a mobilização das mulheres indígenas Sateré-mawé ganharam força nas últimas décadas, organizando-se em movimentos e associações para reivindicar seus direitos e lutar pela preservação de sua cultura e do meio ambiente com a participação em encontros, conferências e protestos a nível nacional e internacional.

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA: possibilidades na ampliação de vozes de mulheres Sateré-Mawé.

A História possui diversos campos de estudos e áreas de conhecimentos, dentre eles está a História Social, que possibilita o estudo das relações sociais entre diferentes grupos, como trabalhadores, grupos de minorias, as condições de vida das diferentes classes, as formas de resistência e luta por direitos e a construção de identidades coletivas. A História Social busca dar voz as pessoas comuns e trazer à tona suas experiências e lutas, que foram invisibilizados pelos registros históricos oficiais, (Castro, 1997). Para outros autores:

A História Social pode ser elaborada tanto de ponto de vista de uma Macro-História, que se aproxima de um mais distanciado aspectos como os movimentos sociais ou como a estratificação social de uma determinada realidade humana , como pode ser do ponto de vista de uma Micro- História , que se aproxima para enxergar de perto o cotidiano, as trajetórias individuais , as práticas que só são percebidas quando é examinado um determinado tipo de documentação em detalhe (por exemplo os inquéritos policiais , os documentos de Inquisição , mas também determinadas produções culturais do âmbito popular onde transpareçam elementos da vida cotidiana, das relações familiares, e assim por diante).Barros,(2005,p.18)

O campo da História Social permite compreender as múltiplas vozes e experiências dos grupos sociais, as minorias, evidenciar narrativas históricas que por vezes foram excluídos da História Oficial. Para Barros, (2005, p.18.) “não há limitações com relação ao que pode ser tomado ‘fonte’ para a História Social”. Nesse sentido, esta pesquisa dialoga ainda também com os ensinamentos de Hebe Castro, 1997 para visualizar as experiências de lutas por direitos de mulheres indígenas, pois segundo ela,

A História Social mantém, entretanto, seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivas - sociais - na explicação histórica. Castro, (1997, p.54).

A partir da História Social que possui múltiplas possibilidades para o estudo e compreensão dos individuais comuns e grupos marginalizados, a metodologia da História Oral teve papel fundamental em nossas pesquisas para adquirir informações valiosas por meio de entrevistas de narrativa e do testemunho oral, sobre determinado evento histórico, costumes, tradições e experiências vividas por indivíduos marginalizados e grupos minoritários, como é o caso de mulheres no movimento indígena. Nas palavras de Albert, (2008, p.155) “a História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro das histórias’ e dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. É uma metodologia que, em conexões com diversos campos da história, auxilia processos de (re) pensar temas, como é o caso das lutas políticas de mulheres indígenas Saterémawé.

A metodologia da História Oral, segundo Verena Alberti, (2005, p.155) “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”. Através de entrevistas possibilita enxergar, além dos registros oficiais, permitido ouvir VOZES de pessoas que foram excluídas ou que são invisibilizados, dando espaço para acessar e preservar a memória coletiva e individual. A mesma autora reitera que “uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboração experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. (Alberti, 2005, p. 165).

Segundo (Pollak, 1992, p.04), a metodologia da História Oral, “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem a ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”.

Nas análises desse mesmo autor, a memória possibilita a reconstrução e interpretação do passado, analisar as diferentes visões e narrativas sobre os acontecimentos, e compreender como as sociedades se desenvolveram e se transformaram. Para ele, a memória é uma construção social, e nesse processo de construção alguns elementos se fazem presentes: “em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vivididos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade á qual a pessoa se sente pertencer.” (Pollak, 1992, p.02)

Além de apontar os elementos constitutivos da memória, Pollak também nos ajuda a compreender as relações entre memória e os processos de identidade. Segundo suas análises, a memória também influencia a identidade e a construção de significados culturais. Portanto, ao lembrarmos e preservamos a memória coletiva, estamos fortalecendo o sentido de pertencimento, a valorização das tradições e a preservação da herança cultural de um povo ou comunidade.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em construção de sim. Pollak, (1992, p.05)

Portanto, a memória é uma dimensão importante da vida em sociedade, que permite preservação e transmissão do conhecimento e da cultura de diversos povos, que através da memória e da oralidade mantem vivas suas crenças e tradições.

A História em suas múltiplas áreas de estudos, como a História Social, atrelado a metodologia da História Oral permite, através de entrevistas e relatos orais, podem fornecer possibilidades de estudar “novas Histórias” de temáticas variadas, como de Mulheres Indígenas Sateré- Mawé, de suas vivencias e trajetórias de lutas políticas por direitos.

A História oral possibilita que essas existências e resistências possam sair da invisibilidade e ganhar espaços. Ao evidenciar em como as vozes e experiências femininas são frequentemente ignoradas, diminuídas ou negligenciadas, tanto nas esferas públicas quanto no privado, haja vista que:

a história oral ajudou a restituir-lhe a dimensão política, dando significado político aos discursos de pessoais das mulheres. A oralidade permitiu assim, resgatar a identidade e a vida daquelas que vivem no anonimato: donas de casa, solteironas, viúvas, empregadas, trabalhadoras ou miseráveis. (Priore, 2003) p.229).

A historiografia que por muito tempo foi escrita por homens e para os homens, em sua maioria homens brancos que subjugavam, de acordo com Torres, (2014, p.17) “tecer os olhares recursivos sobre os silêncios e a exclusão das mulheres indígenas no campo das ciências supõe olhamos pelo retrovisor da história para percebemos que o campo da produção do saber esteve sob o domínio dos homens desde os primórdios”.

Segundo Stearns, (2007, p. 33) “culturalmente, os sistemas patriarcais enfatizavam a fragilidade das mulheres e sua inferioridade”. As mulheres indígenas durante a colonização sofreram diversas violências, dentre as quais, sendo estupradas, ou até mesmo tendo a imagem da mulher sexualizada e submissa, como informa Torres, (2005, p.27) “disseminava-se o mito de que as índias eram mulheres exóticas e dispostas a satisfazer a lascívia do homem branco”. Para essa mesma autora, a forma como as mulheres indígenas foram retratadas por viajantes, como exóticas e sexualizadas interfere nas representações contemporâneas sobre as mulheres amazônicas, pois foram frequentemente estereotipadas e objetificadas. Essas representações muitas vezes eram distorcidas e descontextualizadas, reforçando estereótipos e preconceitos em relação às mulheres indígenas.

Torres (2015, p.18) também afirma “dessa perspectiva, que os relatos sobre as mulheres do Novo mundo foram elaborados a partir do olhar masculino, tanto dos homens viajantes quanto dos homens locais que receberam e informaram os naturalistas”. Outras autoras como é o caso de Ugarte, (2020, p.224) nos alertam para o fato de que “felizmente, nas últimas décadas, este quadro vem sendo, aos poucos minimizados”.

Novas abordagens voltadas para a temática das mulheres nos espaços públicos e privados, ainda tinham suas limitações, apesar de ganharem espaços, ainda possuem muitas lacunas a serem preenchidas, a mesma autora enfatiza que:

Foi somente a partir dos anos 1890 que os estudos sobre o feminino e as relações de gêneros passaram a ocorrer, no Brasil, em um processo contínuo de crescimento e de institucionalização, como os espaços universitários e centros de pesquisa. Foi a partir daí que ocorreu a proliferação e a criação de cursos sobre mulheres na graduação e na pós-graduação, a constituição de grupos de pesquisa e o aparecimento cada vez mais de mais forte de dissertações, teses, artigos sobre o tema. (Ugarte, 2020, p.226)

Nesse cenário, as mulheres Sateré-Mawé se inseriram nos movimentos reivindicatórios por direitos, mas enfrentavam a resistência masculina a sua participação nos espaços de poder, deixando evidentes as relações machistas existentes na sociedade

como um todo. Para Torres (2014, p.36) “essa é, pois, uma perspectiva de gênero que marca a posição política da mulher na sociedade indígena”.

Portanto, é extremamente importante ressaltarmos a importância dos aportes teórico-metodológicos da História social e da metodologia da História Oral para nossa pesquisa, pois nos possibilitaram recuperar e evidenciar trajetórias e lutas de mulheres indígenas Sateré-Mawé, como lideranças, tanto, na aldeia Andirá/ Maraú, mas também na cidade Barreirinha e como forjam novas sociabilidades para conseguir seus objetivos, nas suas lutas por direitos e cada vez mais buscando autonomia dentro e fora de suas comunidades indígenas.

“NÃO QUE EU SEJA FRACA. MAS A NOSSA VOZ É VISTA COMO FRACA!”²³

Historicamente as mulheres sempre foram invisibilizadas e silenciadas em todas as esferas sociais independente da sua cor, raça e etnia. Dentro desse contexto, precisamos (re)pensar os protagonismos de mulheres indígenas nas lutas por direitos e seus lugares de fala. E como a construção histórica do silêncio nas comunidades indígenas Sateré-Mawé, se perpetuaram, mas ao longo do tempo se verifica o rompimento desse silêncio por parte de mulheres que não aceitaram serem caladas e se impõem com suas vozes protagonistas nas lutas por direitos. Como menciona Torres, (2014, p.25) “Torna-se premente dar voz às mulheres índias da Amazônia, uma voz autoral, que possa desautorizar todos os clichês, estereotípicos e imagem distorcida que constituíram sobre elas no passado”.

Desse modo, esta pesquisa acena para visualizar esses protagonismos na medida que através de entrevista com mulheres do povo Sateré-Mawé, que narram suas experiências e suas trajetórias de lutas por direitos dentro da aldeia, como também fora dela, além de informar sobre os processos de ocupar novos espaços e principalmente desconstruir o estigma de mulheres submissas. Conforme Priore, (2003, p. 229), “quanto maior a sua opressão, tanto mais importante dar-lhes voz, pois conta a sua história significa a possibilidade de reconstituição de suas identidades femininas”.

A partir da entrevista da história de vida de Moy Sateré²⁴, procuramos compreender seu papel, enquanto mulher indígena Sateré-Mawé e seus processos de

²³ Tuxawa Santa Castro, entrevista realizada em Parintins, 6 de junho 2023. Ela uma das personagens desta pesquisa. É Tuxaua da Aldeia Torrado.

²⁴ Moy Sateré vem de uma linhagem de mulheres que lutaram por melhorias na educação, e grandes mulheres lideranças que formaram comunidades dentro da capital Manaus.

construção de identidade. Destacamos que suas memórias acerca de suas participações em movimentos indígenas na luta por direitos, devem ser compreendidas dentro de um universo de relações sociais do povo Sateré-Mawé e que as suas lutas são a continuidade das lutas de outras mulheres que remota a década. Que representa um conjunto de mulheres que por muito tempo foram invisibilizadas, mas que assumem papéis de grande importância. Resultado de muitas mulheres que vieram antes dela, mas principalmente de sua avó **Tereza Ferreira de Souza** que incentiva suas filhas a serem independentes e sua mãe **Zeila da Silva Vieira**, que era conhecida popularmente (Kutera²⁵), desde criança incentivou suas filhas a saberem de seus direitos e a participação em movimentos indígenas.

A consciência de si e de suas origens cria a base para a autoafirmação do indivíduo como sujeito de sua decisão. É o tomar conhecimento do seu próprio pensar, agir e viver. Mas a autoafirmação é mais que afirmação de si como sujeito, ela engendra conteúdos intencionais. Esse conteúdo faz dela um canal aberto a transcendência: o outro, que, pela relação de alteridade, forma com o indivíduo uma unidade organicamente superior que é a dimensão do sujeito coletivo. (Torres, p.98,2005).

As memórias de Moy Sateré e das que vieram antes dela representam a luta por melhorias sociais e que migraram para a capital Manaus procurando melhorar a qualidade de vida de sua família trazendo suas filhas, deixando seu legado de mulheres guerreiras para as novas gerações. De acordo com Pierre Nora (1993), um lugar de memória é um espaço físico, um objeto, um evento ou uma prática cultural que adquire significado simbólico e torna-se um ponto de referência para a memória coletiva de uma comunidade. Esses lugares são importantes para preservar a memória e a identidade de um grupo ao longo do tempo.²⁶

Em sua entrevista Moy²⁷ Sateré apresentou-se com o nome que consta em seu RANI²⁸, mas também seu nome na língua karaiwá²⁹ que é Mazonia Souza Vieira, 46 anos, relata sua trajetória da sua infância na área indígena Ponta Alegre rio Andirá e suas

²⁵ Em Nheengatu Kutera significa **paca**, que é uma caça muito consumida pelos indígenas. As trajetórias dessas outras mulheres estão registradas em nossos arquivos e comporão futuras pesquisas.

²⁶ Para NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1 993.

²⁷ Na língua Sateré- Mawé Moy tem o significado de cobra na tradução para a Língua Portuguesa.

²⁸ Previsto na Lei nº 6.001/73(Estatuto do Índio), o RANI é um Registro Administrativo de Nascimento do indígena.

²⁹ Expressão na língua Sateré-Mawé para se referir aos não indígenas.

participações em movimentos indígenas na luta por direitos. Ao longo do texto ao mencioná-la será utilizado seu nome Moy Sateré o qual consta em seu RANI.

Conta que nasceu e passou grande parte de sua infância na aldeia Ponta Alegre³⁰ e a mudança para Capital Manaus “*nasci na aldeia Ponta Alegre e fiquei até meus 8 anos de idade na Ponta Alegre, meu pai era funcionário da Funai, logo foi transferido para Manaus, então nós fomos para Manaus*”³¹, e sempre ressaltado que nunca deixaram sua cultura, mesmo após a mudança para a capital.

mas nunca a mamãe deixou de nos trazer para nossa aldeia de origem, que era Ponta Alegre rio Andirá, sempre a gente ficava e estudava o ano todo em Manaus, aí quando era final do ano, mamãe trazia a gente para passar nossas férias, para ver nossos tios, nossos avós que ficaram né. Sempre foi assim, até eu me entender como Moy Sateré³².

Em seu relato consta que a vida na capital não era fácil, principalmente na questão financeira, então para se manterem a Mãe Kutera, juntava suas filhas para fazerem artesanatos indígenas e venderem, com o dinheiro arrecadado compravam coisas básicas.

O artesanato foi passado de geração a geração, a nossa mãe, ensinou nós a fazer, hoje eu faço, minha filha faz, e aí quando ela ajeitava uma semente, um caroço ela lixava e fazia suas joias e colocava o seu anel nos dedos, colar no pescoço, mamãe aprendeu com a mãe dela, o que garantiu a nossa renda também porque nós vendíamos com isso a gente comprava o que precisava, só com artesanato né.³³

Em Manaus, conheceram outros povos indígenas a se organizar em uma Associação das Mulheres Indígenas Sateré- Mawé (AMISM) “*os indígenas que iam para dentro da cidade e se organizando e aí minha mãe e minhas tias conseguiram fazer uma organização chamada AMISM, que hoje existe dentro de Manaus*”. Esse relato evidencia o processo de resistência, não só financeiro, mas de caráter político social dessas mulheres indígenas no coletivo, segundo Torres, (2005, p.102)

Poder-se ia dizer que o pensamento coletivo permite ao sujeito se autodefinir, representar a si próprio e ao grupo a que pertence. Esse sentimento identitário de pertencimento a um determinado grupo expressa-se no seu modo de amar, agir, falar e consentir, mas também no transgredir, resistir e lutar.

³⁰ A aldeia Ponta Alegre está localizada no Baixo Rio Amazonas, na Terra indígena Andirá/Maraú, abrangendo os municípios de Maués, Parintins, Barreirinha (Amazonas) e Itaituba (Pará).

³¹ Moy Sateré, 46 anos, membro da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, durante entrevista realizada em Barreirinha, 04 de abril, 2023.

³² Idem

³³ Idem

Atualmente a Associação AMISM é voltada para a garantia de renda das mulheres indígenas, através da produção de artesanato, mas também para participação nos movimentos indígenas. Moy Sateré lembra que sua avó Tereza trabalhava como caseira de uma fazenda, mas também que fundara uma comunidade chamada Inhaã-bé “*A minha avó era caseira de um sítio de um homem lá no Tarumã, e assim fizemos a nossa aldeia Inhaã-bé lá no tarumã, então minha mãe foi pra lá*”³⁴. Outras aldeias iriam surgir futuramente nesse âmbito das lutas por direitos.

Portanto, o título “*Não que eu seja fraca. Mas a nossa voz é vista como fraca!*”, carregada de trajetórias de muita luta, atuação e liderança de mulheres indígenas Sateré-Mawé, e compreendem que podem alcançar seus objetivos e se tornarem visíveis. Por meio da participação em movimentos indígenas juntamente com outros povos indígenas na luta por direitos.

“MAS CADA PESSOA TEM SUA HISTÓRIA Eu fui taxada de louca, mas acho que não estava louca não!”³⁵

Ao participar de eventos que tratam sobre a luta por direitos dos movimentos indígenas, juntamente com outros indígenas de diferentes etnias, com seus 18 anos, tornou-se secretária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)³⁶, também atuou como coordenadora no Movimento dos Estudantes Indígenas do Estado do Amazonas (MEIAM)³⁷. “*Fui secretária da COIAB pela primeira vez já entrei como secretária com 18 anos, com 18 anos me tornei coordenadora do Movimento indígena do Estado do Amazonas (MEIAM), eu fui a primeira coordenadora lá né.*”³⁸

O movimento dos Estudantes indígenas do Estado do Amazonas, que surgiu em 1993, com a união de vários jovens e lideranças indígenas de diferentes etnias,

³⁴ Moy Sateré, 46 anos, membro da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, durante entrevista realizada em Barreirinha, 04 de abril, 2023.

³⁵ Idem.

³⁶ A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, fundada no dia 19 de abril de 1989, é a maior organização indígena regional do Brasil, que surgiu por iniciativa de lideranças de organizações indígenas existentes na época, e como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, em um cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil após a Constituição Federal de 1988.

³⁷ O Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas – MEIAM, criado no dia 27 de setembro de 1993, na cidade de Manaus, que tem como objetivo auxiliar estudantes indígenas que estudam em nas cidades urbanas.

³⁸ Idem.

inicialmente abrangia estudantes indígenas do ensino fundamental e ensino médio na cidade de Manaus. Segundo Torres, (2005, p. 13) menciona que “ao contrário do que se propunha o grande capital, as mulheres de origem indígena não são despolitizadas, tímidas ou retraídas”³⁹.

Mas percebendo a necessidade de ajudar estudantes indígenas que queriam fazer faculdade, e aqueles que já cursavam, era preciso ter mobilização para ajudá-los.

Quando eu fui coordenadora do MEIAM, a gente se uniu porque nós tivemos duas bandeiras de primeira né, que foi a casa do MEIAM e as cotas ai eu fiquei pensando vou ter que buscar essa luta para o movimento indígena, então nós fomos na coordenação e me dirigir ao Reitor da UEA que fica ali no Djalma Batista, aí nós fomos falar sobre as cotas indígenas, porque nós queríamos? pra que queríamos a cota indígena? E futuramente nós íamos precisar. Porque primeiro nós somos índios, não temos dinheiro para pagar esses cursinhos que o branco faz, segundo queremos também enfrentar uma sala de aula de faculdade, queremos nos igualar os brancos, terceiro nós somos capazes né, mas sem as cotas indígena tava muito difícil⁴⁰

Durante sua atuação como coordenadora do MEIAM, ressaltou a conquista da casa dos estudantes indígenas e sua luta para a implementação da cota indígena na Universidade do Estado Amazonas. Apesar das dificuldades encontradas, sempre persistiu em seus objetivos, e mesmo quando as propostas de implementação de cotas para indígenas lhe foi negada, continuou na luta, como revela em trecho de sua entrevista.

Então quando eu joguei a proposta o reitor disse que era um absurdo né, me chamou de louca - acho que a senhora não tem pensamento, porque se for dar cota pra índio, vai aparecer o negro, o ribeirinho, vai aparecer a baixa renda. Aí eu falei, mas cada pessoa tem sua história... então eu fui das autoras da cota indígena, fui taxada de louca, mas eu acho que não estava louca não! Eu ‘tava’ bem sã quando pedi as cotas indígenas para nosso povo!”⁴¹

Apesar de não ter conseguido de imediato suas reivindicações, continuaram se articulando, mas agora com outros movimentos que de forma estratégica passaram a alcançar os espaços universitários como meio de capacitação profissional. No entanto, ainda parecia um sonho distante, mas com persistência e as pressões continuavam, resultado dessas pressões, e sempre que tinham oportunidade de conversar com os brancos, aproveitavam para colocar suas propostas, como conta em seu relato.

mas ai veio um reitor muito legal, ele veio quando eu falei das cotas o olho dele brilhou quando eu contava as histórias, porque nós queria a cota indígena, era uma cabeça mais aberta ,ele assinou nosso papel é nós levamos para a municipal , na municipal a gente jogamos para nacional , quando foi aprovado

³⁹ Para melhor compreensão recomenda-se a leitura de TORRES, Iraildes. As novas Amazônidas-Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas, 2005.

⁴⁰ Moy Sateré, 46 anos, membro da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, durante entrevista realizada em Barreirinha, 04 de abril, 2023.

⁴¹ Idem.

na Nacional , então o Amazonas a cidade de Manaus teve sua cota , depois eu soube que foi se espalhando para e virou , porque fizemos o governo , aplicasse nos outros municípios⁴².

Resultado de muitas pressões de movimentos indígenas e com os brancos representantes dos legislativos, conquistaram a Lei Ordinária nº 2894/2004,⁴³ determinou a implantação das cotas raciais, também instituiu as cotas sociais por meio da reserva de vagas para alunos que tenham estudado em escolas públicas, na universidade do estado do Amazonas-UEA. E se emociona ao lembrar das lutas em prol aos seus, e destaca a felicidade de ter seu filho Tapiuna (Adolfo) que cursando Designer Digital no Centro de Estudos Superiores de Parintins- CESP/UEA.

FILHAS DE KUTERA: AS WATYAMA⁴⁴.

Durante os anos que participou em movimentos indígenas na luta por direitos na capital e em outros lugares, Moy Sateré conta que retornou para Barreirinha, foi candidata a vereadora, mas não foi eleita. Mas que apesar de não obter resultado, não desaminou, e foi quando decidiu que queria ficar por Barreirinha, para desenvolver uma associação Watyama que tem a sede em Manaus, deixada pela sua Mãe Kutera.

Atualmente, juntamente com suas três irmãs fazem parte da Organização de Mulheres Indígenas Sateré- Mawé Watyama. Que tem como objetivo da assistência para mulheres Indígenas que vivem na cidade de Barreirinha em condições de vulnerabilidade financeira e sofrem violência doméstica, através da produção de artesanatos que são vendidos na lojinha física e virtual.⁴⁵ Em seu relato diz:

E hoje nós estamos com uma organização chamada Mulheres Indígenas Sateré-Mawé Watyama é onde nossa Mãe deixou nós e a gente se orientou ,nessa área de direito na área de movimento indígena, casa, marido, filho e nós ajudamos outras mulheres que não conhece seu direito , o que elas tem direito , o que elas não tem direito nós viemos trabalhando com essas mulheres na área do artesanato , corte e costura , então elas vem desenvolvendo pra buscar o autossustento , porque todo mundo sabe que a gente ganha é gratificante , qualquer que você consegue com seu esforço, com seu trabalho é digno⁴⁶.

Cada uma delas possui nome indígena e na língua do branco, sendo a Aria⁴⁷ (Marta Vieira Lima) que é a coordenadora da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé

⁴²Idem.

⁴³ https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2004/7349/7349_texto_integral.pdf

⁴⁴ Na língua Sateré- Mawé Watyama na tradução na língua Portuguesa é a Tucandeira.

⁴⁵ <https://instagram.com/-watyama?igshid=OGQ5ZDc2ODk2ZA==>

⁴⁶ Moy Sateré, 46 anos, membro da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé. Entrevista realizada em Barreirinha, 04 de abril,2023.

⁴⁷ Na língua Sateré- Mawé ARIA tem o significado de fogo na tradução para a Língua Portuguesa.

Watyama, Hiwy⁴⁸ (Ilca da Silva Vieira), Hanu'án⁴⁹ (Milka da Silva Vieira), que estão à frente da associação, também participam mulheres indignas Sateré-Mawé que residem na cidade de Barreirinha e mulheres que vivem na área indígena Andirá/ Maraú.

A vovó colocou em todos o nome indígena, meu nome moy, da Ilca (Hiwy), da Milka (Hanu'na), da Marta (Aria). Depois que a mamãe nos deixou, mamãe foi embora aí a gente se "ajuntemo", a gente fizemos essa organização que agora ela migrou de Manaus pra cá, para Barreirinha que é Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé Watyama. Que agora não trabalha só a família, agora tem outras mulherada do povo Sateré-Mawé que tá fazendo parte da associação, que hoje a coordenadora não sou eu, é a Marta, e a segunda coordenadora é a Neulzira, ela mora no Ipiranga, a tesoureira é uma Sateré que mora dentro da cidade de Barreirinha, aí vem os conselhos fiscais que são mulheres que moram no município e as que moram nas aldeias, então da nossa associação ela tá muito dividida muito assim, mulheres de dentro da cidade e também de dentro das aldeias,⁵⁰

Contudo, a organização de mulheres indígenas Watyama ainda não possui local próprio e funciona em uma sala que foi cedida no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, e abrange mais de 20 mulheres indígenas que residem no município de Barreirinha. Mas elas são reconhecidas enquanto mulheres, mães, guerreiras, são exemplos de mulheres indígenas Sateré-Mawé que lideram e participam de eventos dentro de Barreirinha e em outros espaços. Sendo responsáveis pela articulação e mobilização em prol aos seus direitos, são porta-vozes das demandas da área indígena Andirá/Maraú e tem desempenhado papel importante na garantia para a participação e representatividade das mulheres indígenas Sateré-Mawé, e estão sempre prontas para lidarem com as novas demandas da sociedade marcada pelas hierarquias de gênero em que estão inseridas.

UITO HARYPORIA TUI'SAWO (A tuxawa mulher).

A organização das comunidades indígenas Sateré-Mawé está centrada na figura do tuxawa, considerado o chefe maior. No entanto, apesar da estrutura social Sateré-Mawé ser hierarquizada no papel de um grande líder homem que era passado de pai para filho, esta será diferente, a qual consta entrevista de uma mulher tuxawa com importantes funções de liderança na comunidade.

⁴⁸ Na língua Sateré-Mawé Hywi tem o significado de Gavião na tradução para a Língua Portuguesa.

⁴⁹ Na língua Sateré-Mawé Hanu'án tem o significado de Macaco na tradução na Língua Portuguesa.

⁵⁰ Moy Sateré, 46 anos, membro da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, durante entrevista realizada em Barreirinha, 04 de abril, 2023.

Em sua entrevista a tui'sa ⁵¹Santa Castro, 60 anos, pertencente ao povo Sateré-Mawé, relata sua trajetória de vida e como se tornou tuxawa e as dificuldades enfrentadas no seu processo de constituição de liderança política. Todo seu relato foi na língua Sateré-Mawé, pois não é falante da língua Portuguesa.

Conta que passou grande parte de sua infância na área indígena na aldeia Pimenta⁵², depois de conflitos com outros parentes, mudaram para a aldeia Torrado ⁵³que ainda estava surgindo, e por lá conheceu seu marido e tiveram filhos. *“Nimo uihire'ite uito areine'en tawa Pimenta,pe uity in wywo ma'ato waku'i hawyi, ito'te py'i urutu'wat wentup tawa Torrado kape ira'yn . Arenten uhe tawa py'i hawy ma'ato uhe aito ra'yn hawyi uimenpyt in na'yn”*⁵⁴.

Quando a aldeia começou a aumentar era preciso se organizarem, então inicialmente as primeiras lideranças foram homens e foi assim durante muito tempo. Mas em 2005, surgiu a oportunidade de se tornar liderança da comunidade, pois sempre fazia suas reivindicações nas reuniões que ocorriam na aldeia, por isso ela teve apoio para finalmente se tornar tuxawa oficialmente e quebrar a tradição de ter, somente homens como tuxawa.

Mit'in typy'i po'og na'yn tawa pe hawyi, tawa piaria te'era'atum na'yn tu'isa ma'an hamo, sa'awy ihaig nia kawait. Mi'i rakine ma'ato typuat 2005, tui'sa hap haryporia kawait. Tawa kape wy mi'itã neke uiwanetup hap neke meje uiwanwetup hap kat pote' ti motpap, atunung kuap pykai'iti, kat pote ti uito tui'as wo pote.⁵⁵

E destaca as dificuldades encontradas em sua trajetória como tuxawa sendo mulher dentro da comunidade, pois mesmo tendo apoio de grande parte dos comunitários, alguns não apoiam e as vezes acabam gerando conflitos entre si.

Uito yn haryporia pote atiky'esat aipowyra hap watiky'esat sio uito yn haryporia tui'as wo ma'ato po'og atiky'esat mowyra sio atiky'esat wo'hang

⁵¹ Expressão que faz referência a liderança Tuxawa.

⁵² A aldeia Pimenta está localizada no Baixo Rio Amazonas, na Terra indígena Andirá/Maraú, abrangendo os municípios de Maués, Parintins, Barreirinha (Amazonas) e Itaituba (Pará).

⁵³ A aldeia Torrado também está localizado no Baixo Rio Amazonas, na Terra indígena Andirá/Maraú, abrangendo os municípios de Maués, Parintins, Barreirinha (Amazonas) e Itaituba (Pará).

⁵⁴ Tuxawa Santa Castro, 60 anos. Entrevista realizada em Parintins, 6 de junho 2023, *“Quando criança eu morava na aldeia Pimenta, junto com meus pais e depois mudamos para outra aldeia Torrado, por causa de brigas, mudei e arranjei marido e tive filho”*. Tradução da Língua Sateré-Mawé para a Língua Portuguesa, Olindo Andrade Monteiro Freitas, indígena Sateré-Mawé, professor efetivo no município de Barreirinha, graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas no Centro de Estudos Superiores de Parintins- UEA/CESP. Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Pitágoras Anhanguera Unopar. Cursando pós graduação Saberes e Prática/ Mestre Qualificado pela UEA

⁵⁵ Tuxawa Santa Castro, 60 anos. Entrevista realizada em Parintins, 6 de junho 2023, *“quando a aldeia aumentou precisamos nos organizar e os primeiros lideranças tuxawa foram homens. Mas veio eu mulher 2005 que me tornei tuxawa na aldeia, eu falei que eu poderia fazer um trabalho bom, então eu me tornei tuxawa”*, Tradução da Língua Sateré-Mawé para a Língua Portuguesa, Olindo Andrade Monteiro Freitas.

nug mi' i hawyi sio puruwei ko' i meketā pote watum mowyra hap iwato po'og tui'sa powyra hap are yn tui'as. Mi' i hawyi sio aiweram pote , aiweram sio uito yn tui'sa arein' en ma'ato yt kat' i yky ko' i pote yt ahesaika' i po'og aiweran kat watueku ap' i yt uwe' i aipowyra pote yt po'og ahesaika' i ma'ato ne' i a hesaika' i pyka' i⁵⁶

Enfatizar a importância de ter a união com os professores que á ajudam para elaboração e para o desenvolvimento de projetos, pois compreendem melhor as questões burocráticas nos papeis, mas principalmente na luta para as reivindicações para o coletivo da aldeia se torna mais fácil para a comunicação entre os brancos, pois eles sabem falar o Português, apesar de ter ações significativos alguns moradores não compreendem.

Meketā pote niat'po kahato koran'pe ti ihai' in tui'sawo tum rehay ,ma'ato ihainia' in ete yt hat'ok e po'og niat'po kahato aito haryporia tui'sawo ete karam'pe tiren sehay-sehay watunug ma'ato ihainia yt timohery' i koran'pe tiren watiky' esat mot'pap karam'pe watiky' esat ,pohiat oken ete watu' e, karan'pe waku' i waig watu' e ,ma'ato neke ta' tukuap neke sehay⁵⁷

Nos trabalhos que desenvolve como liderança da comunidade relata que também encontra dificuldades para se reunir com os representantes na prefeitura de Barreirinha, as vezes ficam dias esperando serem atendidos. Segundo a mesma,

Niat'po kahato morekuat'ria wywo uheray ,neke niat'po kahato neke, karan'pe ti aheray terān mykai neke morekuat'ria yt iatu'ehay' i aiwywo, mi' i hap neke niat'po kahato , Barreirinha kape ariot ma'ato niat'po kahato ahehay hamo karam'pe ne' i tiren wat'puent'⁵⁸

São muitos os desafios que enfrenta para exercer seu papel de tuxawa, apesar disso tem orgulho de ser uma tui' sa que tem respeito de outras lideranças homens, nas reuniões que acontecem dentro da área indígena que são promovidas por organizações / movimentos indígenas ou pela Prefeitura de Barreirinha sempre é convidada e faz questão de estar presente para colocar suas pautas, fazer suas reivindicações.

⁵⁶ Tuxawa Santa Castro, 60 anos. Entrevista realizada em Parintins, 6 de junho 2023, “*Como sou uma mulher preciso de ajuda porque quando precisamos fazer nossas reivindicações, como sou uma mulher tuxawa é difícil, é preciso de ajuda dos professores para ter mais força, porque quando é só eu sou difícil, porque quando não temos ajuda não temos força, não que eu seja fraca, mas a nossa voz é vista como fraca*”, Tradução da Língua Sateré-Mawé para a Língua Portuguesa, Olindo Andrade Monteiro Freitas.

⁵⁷ Tuxawa Santa Castro, 60 anos. Entrevista realizada em Parintins, 6 de junho 2023, “*É difícil porque os homens quando eu falo como tuxawa as vezes eles não ouvem e não entendem, por isso é difícil eu como tuxawa mulher quando eu faço reunião os homens alguns vão outros não porque não acreditam que eu tenha voz para lutar pela comunidade, as vezes preciso chamar atenção quando fazem coisas erradas, eles até ouvem quando eu falo*”, Tradução da Língua Sateré-Mawé para a Língua Portuguesa, Olindo Andrade Monteiro Freitas.

⁵⁸ Tuxawa Santa Castro, 60 anos. Entrevista realizada em Parintins, 6 de junho 2023, “*É muito difícil pra mim conversar com os brancos, porque as vezes quando queremos falar com eles vamos para Barreirinha e quando vamos para falar com eles, não atendem a gente, as vezes somos destrutado*”, Tradução da Língua Sateré-Mawé para a Língua Portuguesa, Olindo Andrade Monteiro Freitas.

No entanto, quando se trata de participação em movimentos indígenas na qual é preciso viajar para a cidade, prefere ser articuladora, nesses eventos quem participar é seu filho Oziel Castro que é professor e sabe falar o Português. Menciona da vez que os tuxawas indígenas foram convidados para participar de um evento em Manaus e preferiu não ir por medo da cidade grande, e seu filho Oziel que seu braço direito foi junto com a Associação Watyama.

Tawa wato Parintins mejuwat kape po'og ariot'i meikuwat wentup hy wat kape ra'yn po'og Barreirinha kape. Karan'pe'i ariot pyno atikuap hin'i aikotã hap. , meikuwat'ri watung hy wat ra'yn Waicurapa ko'i wat ne'i ma'ato po'og tawa Barreirinha yn po'og kat pote kuepot ria wat kapiat po'og mi'iria watunug hap po'og tut Oziel , uito po'og yt ariot'i hawyte tapy'yria watunug hap Oziel to'to eharay Moy uiwywo , Mana Marta wywo neke to'to uito po'og yt areto'i Manaus kape⁵⁹.

Mesmo não tendo participativa ativa nos movimentos indígenas, reconhece que é importante fazer parte das lutas por direitos. Por isso nos eventos que ocorrem na cidade seu filho Oziel está sempre ao seu lado. *“Tui'sawo areine'en waku areine'en pyno ku'e yt ui'hep ite ma'ato waku'i pote neke ni'mo kahato ui'hep ta'yn aikotã i neke atunug mot'pap sehay hap ko'i atunug tureto”*⁶⁰

No decorrer de sua trajetória de tuxawa, ressalta que se sente uma mulher guerreira, apesar das adversidades pelo caminho, obteve muito êxito em muitas coisas para a aldeia, como a construção de uma escola para as crianças e jovens. Servindo de exemplo para seus filhos que sempre apoiam ela, mas também para outras mulheres, atualmente tem pensado em deixar o cargo para outra mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos intelectuais, historiadores (as) como Mary Del Priore abordam sobre o papel da mulher em uma sociedade patriarcal, ao longo dos tempos eram vistas tradicionalmente como apenas espectadoras onde o centro seriam homens, que derivam

⁵⁹ Tuxawa Santa Castro, 60 anos. Entrevista realizada em Parintins, 6 de junho 2023. *“Para a cidade Parintins eu não venho muito, eu vou mais para Barreirinha. Quando eu venho de novo pra eu não sei, estou querendo ir para o Waicurapa e depois para a cidade de Barreirinha, quando é preciso participação em outros lugares distantes, quem participar é Oziel, eu prefiro não ir, me chamaram para participar de um evento indígena Oziel foi junto com a Moy, mana Marta foi, mas eu não quis ir para Manaus”*. Tradução da Língua Sateré-Mawé para a Língua Portuguesa, Olindo Andrade Monteiro Freitas.

⁵⁹ Tuxawa Santa Castro, 60 anos. Entrevista realizada em Parintins, 6 de junho 2023.

⁶⁰ Tuxawa Santa Castro, 60 anos. Entrevista realizada em Parintins, 6 de junho 2023, *“Como tuxawa acho que sou boa, que se eu não fosse já tinham me tirando muito tempo, o que está ao meu alcance eu faço, como reunião sempre faço”*, Tradução da Língua Sateré-Mawé para a Língua Portuguesa, Olindo Andrade Monteiro Freitas

ser submissas. Também defende que o papel das mulheres não pode ser reduzido apenas às funções de tradicionais de esposa e mãe, argumentava que ao longo da história, as mulheres desempenham papéis importantes nas esferas públicas e privada. Priore “Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como e ser social que ela é articula -se com o fato social que ela mesma fábrica e do qual faz integrante” (2003, p.235).

Apesar das limitações sociais e estruturarias impostas as mulheres, elas sempre encontram maneiras de exercer poder e influência, também destaca a importância de reconhecer a diversidade de experiências e vivências das mulheres ao longo do tempo, incluído as mulheres negras, indígenas e de diferentes classes sociais.

A partir dos relatos de mulheres indígenas Sateré-Mawé que tem papel importante em ambientes diferentes que estão inseridas e das funções que exercem. Percebemos que possuem algo em comum, por adentrarem em espaços tradicionalmente ocupados por homens. Trazer o papel das mulheres Sateré-Mawé nos movimentos indígenas e como aprenderam a desempenhar papel ativo e importante na defesa dos direitos, na promoção da cultura e identidade indígena, se torna fundamental para auxiliar nos processos de (re)pensar os silêncios construídos historicamente. Segundo a militante indígena Azelene Kaingáng, (2013, p.411). “as mulheres têm formas próprias de se impor, de se fazer ouvir, de fazer valer a sua ‘autoridade’ e de comandar revoluções silenciosas no interior das suas aldeias, sem que isso fique explícito”.⁶¹

Percebe-se, no entanto, as adversidades em suas narrativas, muitos desafios e formas de discriminação dentro e fora de suas comunidades indígenas. Mas elas têm lutado para conquistar cada vez mais espaço e ganhando visibilidade para que suas vozes sejam ouvidas, tornando se protagonistas de suas próprias lutas e romper com a imagem que somente os homens podem ser lideranças. Segundo Torres “é preciso quebrar o silêncio de gênero na floresta amazônica. As relações de gênero de elementos estruturantes da vida em sociedade. São as relações que tecem os fios das sociabilidades e que engendram os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho” (2014, p.25).

Contudo, é necessário romper o silêncio e desafiar esses estereótipos e apresentar as mulheres indígenas Sateré-Mawé de forma mais autêntica e empoderada, pois a

⁶¹ Para mais informações acessar **Nova História das mulheres no Brasil**. Org. Carla BassaniziPinsky e Joana Maria Pedro. 1º Ed. Reimpressão, São Paulo: Contexto, 2013.

imagem mulher está presente na mitologia da origem do povo Sateré-Mawé. Desse modo, percebemos que a luta empreendida pelas mulheres indígenas busca romper com algumas tradições enraizadas que excluem elas nos espaços de poder, a limitação em lugares para falar por conta própria que por muito tempo se perpetuou dentro das comunidades indignas e invisibilizou essas mulheres. É importante, ressaltar que isso não significa dizer que elas busquem romper com a sua cultura tradicional, muito pelo contrário, lutam juntamente com os homens em defesa de direitos. Elas retratam a diversidade e a força das mulheres indígenas Sateré-Mawé e as estratégias que utilizaram para ganhar espaço e mostrar a importância de ouvir essas histórias de lutas, tornando suas histórias visíveis e valorizadas.

FONTES

Mazonina da Silva Vieira, 46 anos, (Moy Sateré), membro da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé.

Santa Castro, 60 anos, liderança (tuxawa) da comunidade indígena Torrado, localizada no Território Indígena Andirá/ Maraú.

REFERÊNCIAS.

Alberti, Verena. Histórias dentro da História. In: **Fontes históricas/** Carla Bassanezi Pinsky. (organizadora)-2. ed.,1ª reimpressão.-São Paulo: Contexto,2008.

Alvarez, Gabriel O. **Satereria** -Tradição e Política Sateré-Mawé. /Gabriel O. Alvarez. Manaus: Editora Valer/ Capes/Prodoc,2009.

Barros, José D'Assunção. **A História Social:** seus significados e seus caminhos: In: LPH- revista de História UFOP.nº15,2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Del Priore, Mary. ‘ ‘ História das Mulheres: As Vozes do Silêncio, p.217-236.’ ’ In: Freitas, Marcos Cesar. **Historiografia brasileira em perspectiva/** Marcos Cesar de Freitas(org.) -5. ed.-São Paulo: Contexto,2003.

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); in ://www.gov.br/funai/pt-br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE; Censo 2022; in:https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=especies_cnefe

KAINGÁNG, Azeline. “Depoimento de uma militante. In: **Nova História das mulheres no Brasil.** Org. Carla BassaniziPinsky e Joana Maria Pedro. 1º Ed. Reimpressão, São Paulo: Contexto, 2013.

Leal, Davi Avelino. Historiografia e História e Indigenismo e do Indigenismo na Amazonia; In: Queirós, César Augusto B. (Org.). **Historiografia amazonense em perspectiva**/ César Augusto B. Queirós (Org.). - Manaus: Editora Valer, 2020.

MIQUILES, Miller- **Glossário lexical da língua sateré-mawé**/ Miller Miquiles, Franklin Roosevelt Martins de Castro. - Ponta Grossa-PR: Atena, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993

BRIGHENTI, Clovis Antônio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)/Clovis Antônio Brighenti (Org.), Egon Dionisio Heck (Org.). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.3-15.

RIBEIRO, Patrício Azevedo; SOUZA, Josias Ferreira de. Movimento Indígena e Serviço Social: reflexões a partir do movimento social Sateré-Mawé do rio Andirá: In: **Movimentos Sociais e Serviço Social nas "Amazônias"-diversidade, lutas sociais e direitos**, Sandra Helena da Silva, Patrício Azevedo Ribeiro e Sandra Damasceno da Rocha (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

Silva, Marilene Corrêa da Silva. **Metamorfoses da Amazônia**. / Marilene Corrêa da Silva. 2.^a edição.-Manaus: Editora Valer, 2013.

TORRES, Iraíldes Caldas. **Mulheres Sateré-Mawé, a epifania de seu povo e suas práticas sociais**. / Organização por Iraíldes Caldas Torres, Manaus: Valer, 2014.

UGARTE Pinheiro, Maria Luiza. Caminhos da História das mulheres no Amazonas. In: Queirós, César Augusto B. (Org.). **Historiografia amazonense em perspectiva**/ César Augusto B. Queirós (Org.). - Manaus: Editora Valer, 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS-CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA- CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES
DE PARINTINS

Ata defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de
Licenciatura em História do Centro de Estudos
Superiores de Parintins, da Universidade do Estado do
Amazonas, realizado no dia 21 de
Fevereiro de 2024.

Aos 21 dias do mês de Fevereiro de 2024, na sala NEAB do Centro de
Estudos Superiores de Parintins, localizado na Estrada Odovaldo Novo, S/N, realizou-
se a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História do Centro
de Estudos Superiores de Parintins do(a)
discente Mayná Ribeiro Andrade,
cujo tema Trajetórias de Protagonismos de Mulheres Sateré-Mawé (1960-2022)
As apresentações cumprem uma exigência do Projeto Pedagógico do curso para
obtenção do grau de Licenciado (a) em História. O Presidente deu início à sessão e
informou sobre os procedimentos do exame de defesa do Trabalho de Conclusão de
Curso (TCC). Depois da apresentação, palavra foi facultada ao(a) discente para
apresentar uma síntese do seu estudo e em seguida, foi arguido (a) pelos membros
avaliadores. Após a apresentação e arguição pelos membros da Banca avaliadora, está
se reuniu e considerou o(a) discente Mayná R. Andrade. A sessão foi
encerrada. Eu, professor(a) João Manoel da Rocha, secretariei e
lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da banca
avaliadora.

Plínio Leonardo da Silva Nota (10)
Orientador (a) Professor (a)

João Manoel da Rocha Nota (10)
Avaliador (a) Professor (a)

Roger Kenned Rezillo de Oliveira Nota (10)
Avaliador(a) Professor (a)

Média (10) Mayná Ribeiro Andrade.
Acadêmico (a):

